

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

**Início da reunião: 15,15 horas**

**Términos da reunião: 16,50 horas**

### **Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** João Duarte Anastácio de Carvalho

**Vereadores:** José António da Costa Tomé

António Augusto Baptista Antunes

Carla Maria Pereira Custódio

João José da Silva Serra

Hernâni Luis Henriques Santos

### **Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Valter Rodolfo Nunes Domingos de Moura

**Cargo:** Assistente Técnico

**FALTAS JUSTIFICADAS:** A Câmara deliberou justificar a falta dada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, que se encontrava ausente por motivos profissionais.



# **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

## **ABERTURA DA ACTA**

----- Aos 03 dias do mês de abril de 2019, na sala de reuniões do Órgão Executivo, pelas 15,15 horas, o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, estando presentes os Srs. Vereadores José António da Costa Tomé, António Augusto Baptista Antunes, Carla Maria Pereira Custódio, João José da Silva Serra e Hernâni Luís Henriques Santos, na qual foram tratados os seguintes assuntos:

**OUTROS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ PRESENTES:** Dr. **Constantino Rodrigues Carvalho**, Chefe da Divisão de Administração Geral.

**FALTAS JUSTIFICADAS:** A Câmara deliberou justificar a falta dada pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira, que se encontrava ausente por motivos profissionais.

## **ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Sr. Vereador **João Serra** usou da palavra para apresentar os seguintes assuntos:

**1.º - Obras do Portinho de Porto das Barcas:** Transmitiu sobre o ponto de situação das obras que estão a ser realizadas com vista à construção do Portinho de Porto das Barcas.

**2.º - Requalificação da envolvente à Igreja do Castelo:** Informou que quando possuírem todos os estudos, sendo que existe a intenção de elaborar também um estudo geotécnico, será feita uma conferência de imprensa conjunta sobre a questão da estabilidade do aludido edifício.

## **ORDEM DO DIA**

### **INFORMAÇÃO FINANCEIRA:**

### **INFORMAÇÃO FINANCEIRA:**

**PONTO 1 – a)** Controlo Orçamental – Receita, ano: **2019**, até ao dia **28/03/2019**; **b)** Controlo Orçamental -- Despesa, ano: **2019**, até ao dia **28/03/2019**;

**PONTO 2 -** Balancete das Grandes Opções do Plano por objetivos e Programas para o ano de **2019**, até ao dia **28/03/2019**.

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

## **EXPEDIENTE**

**PONTO 3 - N.º 2813/2019, DE 29/03 - FARMÁCIA TORREENSE:** Presente email, datado de 28.03.2019, a remeter carta aberta enviada ao Senhor Deputado José de Matos Rosa que aborda o tema da farmácia de venda ao público localizada no Hospital Beatriz Ângelo, que abaixo se transcreve. Referem ainda que trata-se de um tema fundamental para a sobrevivência das farmácias e, consequentemente para a manutenção da integridade da rede de farmácias nos concelhos limítrofes de Loures. Mais informam que o entendimento expresso



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

na referida carta é partilhado pela Senhora Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos, pela Senhora Presidente da Associação de Farmácias de Portugal e pelo Senhor Presidente da Associação Nacional de Farmácias.

### **Carta Aberta:**

*“Ex.mo Senhor*

### ***Deputado José de Matos Rosa***

*Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde*

*Palácio de S. Bento*

*1249-068 Lisboa*

*Lisboa, 27 de Março de 2019*

*Ex.mo Senhor Presidente,*

*Fomos surpreendidos pela apresentação na Comissão Parlamentar de Saúde de propostas legislativas que viabilizam a manutenção no Hospital de Loures de uma farmácia de venda ao público, que constituem um “fato à medida” de interesses privados e particulares.*

*Sentimos que é nossa obrigação fazer chegar aos Senhores Deputados e a todos os cidadãos os motivos do nosso alarme e a expressão da nossa indignação.*

*Acreditamos que a Assembleia da República não pode deixar de preservar o interesse público.*

*Preocupa-nos que na Assembleia da República se discuta a possibilidade de retirar ao Governo de Portugal a autoridade para decidir sobre a instalação de uma farmácia.*

*Preocupa-nos mais que se admita retirar esses poderes ao Governo para os entregar diretamente nas mãos da sociedade gestora de um hospital em regime de parceria público-privada.*

*É ao Governo que compete a atribuição dos alvarás de farmácia em todo o território. Este poder público não pode ser privatizado.*

*O Senhor ministro da Saúde sempre teve competência reservada quanto à instalação de farmácias nos hospitais, em todos os diplomas legislativos sobre este assunto desde 2006. Faz sentido abrir agora uma exceção? Porquê? Qual é a explicação?*

*Em 2016, o Governo decretou a extinção das farmácias privadas nos hospitais públicos, dez anos depois de escândalos e fraudes milionárias dessas farmácias ao Serviço Nacional de Saúde. Faz sentido que uma única entidade particular seja autorizada a desobedecer a esse comando legal?*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

*As propostas em discussão admitem a transferência, sem qualquer justificação, dos direitos de preferência das farmácias comunitárias do concelho de Loures, previstos em todos os diplomas desde 2006, para a empresa concessionária da farmácia do hospital.*

*A serem aprovadas, as sociedades gestoras do hospital e da farmácia poderiam negociar entre si o prolongamento da concessão.*

*O Estado continuaria a planificar a rede de farmácias e a zelar pelo acesso dos portugueses aos medicamentos em condições de igualdade em todos os concelhos de Portugal, à exceção de Loures.*

*A Ordem dos Farmacêuticos, representando todos os farmacêuticos comunitários, e as organizações representativas das farmácias portuguesas não podem aceitar esta diminuição da soberania do Governo de Portugal.*

*As farmácias têm contribuído sempre para as soluções que os ministros da Saúde entendem como melhores para o interesse público. Este esforço negocial permanente não pode ser perturbado.*

*Não está em causa a legitimidade da petição pública dos cidadãos de Loures.*

*O que está em causa é a solução proposta, que colide com o consenso internacional sobre a boa planificação de uma rede de farmácias e cria desigualdades no acesso ao medicamento.*

*Portugal já era o único país da Europa com farmácias de venda ao público instaladas nos Hospitais. Agora, Loures vai ser caso único!*

*A criação de farmácias nos hospitais é incompatível com a sobrevivência de pequenas farmácias, próximas das populações mais isoladas. Vale a pena pôr em risco a existência de farmácias no Milharado e em Sapataria para manter aberta uma farmácia de venda ao público num hospital?*

*Neste momento, 680 farmácias enfrentam processos de penhora e de insolvência. Há mais de 100 farmácias em Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço a prestar serviços 24 horas por dia, 365 dias no ano, que obedecem de forma transparente à legislação que é igual para todos os portugueses.*

*Mais de 100 mil portugueses subscreveram já a Petição “Salvar as Farmácias, Cumprir o SNS” e aguardam que a Assembleia da República apresente soluções. Esta petição, que é a maior desta legislatura, defende explicitamente o fim definitivo das farmácias nos hospitais.*

*Esta petição recebeu a assinatura e o apoio explícito dos Senhores Bastonários dos Médicos, Enfermeiros e Médicos Dentistas. É consensual entre profissionais, organizações empresariais e sociais do setor da Saúde. É também consensual entre as associações de doentes.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

*Os portugueses sabem que as pequenas farmácias que os atendem de noite e de dia, nas suas aldeias, vilas e bairros suburbanos, não suportam a concorrência desleal de farmácias de grandes grupos económicos, estrategicamente colocadas nos locais de grande prescrição.*

*Os portugueses sabem que as farmácias nunca os abandonam.*

*Os munícipes de Loures sabem que as suas farmácias criaram um serviço para lhes entregar os medicamentos em casa, 24 horas por dia, 365 dias por ano. Os idosos de Loures e Odivelas sabem que este ano preveniram melhor a gripe porque puderam vacinar-se na sua farmácia.*

*As farmácias aguardam que o impulso legislativo dos Senhores Deputados permita alargar estes e outros serviços aos portugueses que vivem em Mafra, Sobral de Monte Agraço e todos os outros concelhos de Portugal.*

*Um interesse particular, individual, não pode sobrepor-se ao interesse público e ameaçar uma rede de farmácias que é património dos portugueses.*

*As farmácias sempre estiveram ao lado do SNS. E estar ao lado do SNS é garantir que todos os portugueses têm acesso a uma farmácia com qualidade, e não apenas alguns.*

*Ana Paula Martins - Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos (OF)*

*Presidente da Associação Nacional das farmácias (ANF)*

*Manuela Pacheco - Presidente da Associação de farmácias de Portugal (AFP)”*

A Câmara tomou conhecimento.

### **OUTRAS DELIBERAÇÕES**

**PROPOSTAS:** - Presentes as seguintes Propostas, que em baixo se transcrevem:

**DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA:**

**PONTO 4 – N.º 3888/2019, DE 28/03 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018, COM: - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS:**

*“Considerando as competências da Câmara Municipal em matéria de aprovação dos documentos de prestação de contas do Município.*

#### **PROPONHO**

*Que a Câmara, aprove, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de fevereiro, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras de 2018;*

*Submeta, nos termos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da referida Lei n.º 75/2013 e do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os supra referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

Lourinhã, 28 de março de 2019

O Presidente da Câmara

João Duarte Anastácio de Carvalho, Eng.º

Após apreciação da proposta supratranscrita, a Câmara deliberou, por maioria, nos termos da alínea I), do n.º 2, do art.º 25.º, conjugado com o n.º 2 do art.º 27.º e com a alínea i), do n.º 1, do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do n.º 1, do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano financeiro de 2018.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se, tendo apresentado a seguinte **Declaração de Voto**:

*“Os Srs. Vereadores António Antunes e Hernâni Santos, eleitos pelo PPD/PSD, não se pronunciam, nesta reunião, sobre a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2018 por entenderem que continuam a serem sonegadas as condições mínimas de trabalho para que, na qualidade de Vereadores eleitos deste Município, possam apreciar e responder de forma digna e responsável a tão importante assunto apresentado na ordem de trabalhos, assim como a muitos outros.*

*A ausência de meios técnicos competentes e o despejo do gabinete de trabalho, de que fomos alvo no início deste mandato, impede-nos de reunir e trabalhar livremente nas instalações do órgão para o qual fomos eleitos e dele fazemos parte integrante, em manifesta desigualdade de condições quando comparado com os restantes membros do executivo.*

*Para nós está em causa uma questão de princípio, ética política e honra, que o executivo socialista teima em desprezar, escudando-se atrás de uma maioria efémera.*

*Lourinhã, 03 de abril 2019*

*Os Vereadores*

*António Augusto Antunes*

*Hernâni Santos”*

**Nota:** Os respetivos documentos de prestação de contas encontram-se integralmente elaborados, tendo sido alvo de discussão e votação na presente reunião de Câmara, encontrando-se devidamente arquivados no maço de documento da minuta da presente ata, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.

O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que, em relação ao teor da Declaração de Voto apresentada pelos Srs. Vereadores do PSD, não era exetável outra coisa, isto é, tem uma natureza meramente política. Portanto, a acusação sistemática de não possuírem um espaço



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

nas instalações do município, para poderem trabalhar livremente, é algo que não corresponde à verdade, dado que existe um espaço destinado aos vereadores do PSD que podem usar em determinados dias e horas da semana, mais concretamente, a sala de reuniões do órgão executivo. Os mesmos podem, efetivamente, usar o aludido espaço. Se não o fazem é, somente, porque não querem. Portanto, o argumento de não possuírem um espaço para desenvolverem as suas funções de vereador não é verdade. Em relação aos documentos que não foram fornecidos desconhece quais são, cuja situação impediu os vereadores do PSD de fazer a respetiva avaliação dos documentos de prestação de contas. Pode, no entanto, afiançar que a elaboração dos mesmos respeitou todas as regras e procedimentos que estão legalmente definidos. Poder-se-á discordar, efetivamente, das ações políticas, agora fundamentar a abstenção com base em situações que nada têm a ver com o ponto em si parece-lhe perfeitamente desajustada essa situação, até porque isso, como já referiu, não corresponde à verdade.

O Sr. Vereador **João Serra** referiu que corrobora com as palavras proferidas pelo Sr. Vereador José Tomé, mais concretamente, os vereadores do PSD argumentam sistematicamente com o mesmo (falta de instalações), cuja situação não é adequada, isto é, a nível político escusarem-se com este tipo de argumentos. Portanto, na sua opinião é uma posição demasiado política e não reflete a postura que a maioria tem tido para com os vereadores da oposição, até porque não tem havido qualquer tipo de sonegação, cuja palavra, inclusive, acha demasiado ostensiva. Deste modo, não se revê na declaração de voto que foi apresentada pelos vereadores do PSD.

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que também não concorda com o argumento apresentado no que concerne ao sonegar. Portanto, relativamente aos diversos pedidos, a Chefe de Gabinete, Dr.<sup>a</sup> Graça Guerra ficou responsável no sentido de dar cumprimento às solicitações que os vereadores do PSD venham a apresentar. Efetivamente, não quer que nenhum vereador fique privado de qualquer informação. Têm apenas que solicitar e serão acionados os mecanismos que estão instituídos para dar cumprimento ao solicitado. Em relação ao espaço, referiu que, efetivamente, neste mandato os vereadores do PSD não possuem um espaço somente a eles destinado, embora possam utilizar a sala de reuniões do órgão executivo, cujos dias e horas estão devidamente definidos. Por outro lado, está a ser elaborado um projeto de ampliação ao nível do edifício dos Paços do Município, e quando essa situação for concretizada, haverá, nessa altura, condições para que a oposição tenha um espaço fixo. Espera e deseja que isso aconteça ainda neste mandato.





## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

O Sr. Vereador **António Augusto Antunes** referiu que a palavra sonegar na Declaração de Voto refere-se às condições mínimas de trabalho e não às informações. A grande questão tem a ver, efetivamente, com a falta de um gabinete para a oposição e, na sua opinião, essa situação deveria ser resolvida rapidamente.

O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que a sala de reunião do órgão executivo pode ser ocupada livremente pelos Srs. Vereadores do PSD à segunda-feira, quartas-feiras e sextas-feiras na parte da manhã. No entanto, a mesma não tem sido utilizado pelos vereadores do PSD, a não ser para algumas situações indevidas que irá escusar-se de referir. Irá agora omitir sobre que situações são essas, pois fará uso das mesmas em sede própria. Portanto, na sua opinião, não existem razões para os argumentos apresentados pelos Srs. vereadores do PSD. Nesse sentido continua a achar que a solução encontrada, não sendo a ótima, é a possível, sendo que a ação e a cooperação que têm havido tem sido bastante adequadas.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que, em relação à utilização da sala, quer também que fique registado em ata o seguinte: independentemente de terem noção que podem utilizar a sala de reuniões do órgão executivo nesses períodos de tempo, têm-lhes sido solicitado a cedência da mesma quando é necessário. Inclusive, isso aconteceu hoje, nomeadamente, a Câmara teve necessidade de utilizar o respetivo espaço no horário que está destinado aos vereadores do PSD e cederam-no como já aconteceu noutras situações. Portanto, percebem, perfeitamente, que a sala de reuniões do órgão executivo tem uma grande utilização. Assim sendo, a mesma ao estar vinculada 3 manhãs aos vereadores da oposição, quando a semana tem 5 dias, é uma situação que causa transtorno ao funcionamento da câmara. Percebem, efetivamente, que o espaço é necessário para atividades da Câmara e, nesse sentido, não querem causar quaisquer problemas. Por conseguinte, os serviços sempre que solicitaram os vereadores do PSD cederam o aludido espaço. No entanto, considera que tem havido uma má gestão dos recursos do município, porque, efetivamente, a sala de reuniões do órgão executivo tem dignidade e condições para na mesma serem realizadas determinadas reuniões e/ou atividades que, por vezes, não são efetuadas porque a respetiva sala está cedida aos vereadores do PSD 3 manhãs da semana. Deste modo, considera que esta situação revela falta de capacidade de gestão no que concerne ao aludido espaço.

O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que aquilo que o vereador Hernâni Santos referiu revela falta de arte e de engenho no que concerne à argumentação, porque, obviamente, quando não se possui as condições ideais todos têm que fazer sacrifícios. Portanto, quer dizer que todos os serviços podem utilizar o salão nobre. Por conseguinte, os serviços têm



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

desenvolvido trabalho neste espaço exatamente para deixarem livre a sala de reuniões do órgão executivo para os vereadores do PSD. Quer ainda dizer que hoje foi, efetivamente, pedido aos vereadores do PSD para cederem o espaço em causa, cuja situação teve a ver, somente, com a assinatura de um Protocolo por parte do Secretário de Estado das Autarquias Locais. Isto aconteceu porque a sala de reuniões do órgão executivo era o espaço mais adequado para o efeito, dado que no respetivo ato apenas iriam estar 5 pessoas. Mas foi somente por essa razão. Nesse medida, considera que os argumentos que o Vereador Hernâni Santos apresentou é uma falsa questão. Por conseguinte, estarem a repisar, sistematicamente, no mesmo não faz sentido. Inclusive, ainda estão aguardar por um parecer jurídico que, segundo a comunicação social, foi solicitado pelos vereadores do PSD e, nessa medida, ir-se-á aguardar o resultado dessa ação.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que se o vereador José Tomé estiver atento consegue perceber que são realizadas reuniões no salão nobre muitas vezes com um cariz privado e, por vezes, passam funcionários pela aludida sala, no decorrer das reuniões, para aceder a um espaço onde é permitido fumar. Por conseguinte, essa situação não favorece as respetivas reuniões, onde estão presentes munícipes, autarcas e funcionários deste município. Portanto, julga que o Vereador José Tomé tem noção que isto acontece.

O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que o vereador Hernâni Santos apenas revela falta de conhecimento. Portanto, se nem sequer tem conhecimento do conteúdo das respetivas reuniões questiona como pode fazer uma afirmação destas.

O Sr. Vereador **Hernâni Santos** referiu que já assistiu a essa situação no decorrer de reuniões entre chefes de serviço e funcionários.

O Sr. Vereador **José Tomé** referiu que os funcionários, inclusive, têm o dever de sigilo. Deste modo não sabe onde está o problema.

### **PONTO 5 - N.º 3922/2019, DE 29/03 – PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REVISÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

*“Considerando que:*

*- O regulamento municipal do regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão de 20 de junho de 2012 e publicado pelo Edital n.º 42/2012, de 13 de julho, veio complementar o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio,*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

*alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 126/96, de 10 de agosto, 111/2010, de 15 de outubro, e 48/2011, de 1 de abril;*

*- O regime do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio veio a sofrer nova alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, diploma que veio estabelecer o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração (RJACSR);*

*- Das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, destacam-se a eliminação da obrigação da entidade exploradora apresentar uma mera comunicação prévia do horário de funcionamento ou das suas alterações, a liberalização dos horários de funcionamento e a descentralização da decisão da sua limitação, sendo que agora o seu regime estipula que os estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizem, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, os recintos fixos de espetáculos e de divertimentos públicos não artísticos, têm horário de funcionamento livre, podendo as câmaras municipais, em sede regulamentar, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe, restringir os períodos de funcionamento, a vigorar em todas as épocas do ano ou apenas em épocas determinadas, em casos devidamente justificados e que se prendam com razões de segurança ou de proteção da qualidade de vida dos cidadãos;*

*- Com a entrada em vigor destas alterações ao regime do Decreto-lei n.º48/96, de 15 de maio, em 1 de março de 2015, a câmara municipal da Lourinhã entendeu não restringir os períodos de funcionamento destes estabelecimentos, optando por estabelecer o regime livre estipulado no n.º1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, deixando às entidades exploradoras a responsabilidade de, a título probatório, fixarem sem qualquer limitação temporal os horários de funcionamento dos seus estabelecimentos com a salvaguarda da segurança e da qualidade de vida dos cidadãos nas áreas da sua localização;*

*- Volvidos mais de três anos sobre esta experiência, têm surgido com alguma frequência, queixas relacionadas com o ruído produzido por determinados estabelecimentos no âmbito do exercício da sua atividade, em concreto, estabelecimentos que exercem atividade de restauração ou de bebidas, estabelecimentos de restauração ou de bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, ou onde habitualmente se dance, ou onde se realizam, de forma acessória, espetáculos de natureza artística, pondo em causa o direito ao descanso dos*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

residentes na sua zona de influência;

- Face a esta realidade, a Câmara Municipal pode tomar uma posição sobre estas situações de incomodidade e perturbação do direito ao descanso dos residentes na área de influência deste tipo de estabelecimentos, utilizando para o efeito o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, e consequentemente restringir os seus períodos de funcionamento em sede regulamentar.

### **PROPONHO**

Que a Câmara Municipal aprecie a conveniência e a oportunidade para a prática do ato que desencadeie o procedimento de revisão (iniciativa) do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços.

Paços do Município, Lourinhã 29 de março de 2019

O Presidente da Câmara

João Duarte Anastácio de Carvalho”

A Câmara deliberou aprovar a proposta supratranscrita.

**INFORMAÇÕES:** - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

### **DA COORDENAÇÃO DE TURISMO E COMPETITIVIDADE:**

### **PONTO 6 - N.º 3776/2019, DE 25/03 – PROPOSTA DE PREÇOS DE UTILIZAÇÃO DA STARTUP LOURINHÃ E EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS:**

“ A Câmara Municipal da Lourinhã possui e gere diversas instalações, as quais, pelas suas características podem aportar valor à utilização por parte de entidades privadas e públicas.

Referimo-nos concretamente ao Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira, nomeadamente ao espaço destinado à incubadora de empresas - Startup Lourinhã, sala de reuniões aí existente e também o seu auditório, bem como à sala de formação existente no antigo edifício da Câmara Municipal, sito na Praça Marquês de Pombal e ainda ao auditório do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro.

Estas instalações, principalmente o auditório e sala de reuniões do Centro Cultural e, a sala de formação do antigo edifício da CML, têm sido alvo de grande procura por parte de diversas tipologias de entidades, como empresas, instituições de cariz social, entre outras para realizarem ações de formação, sessões de apresentação, workshops, bem como outros eventos.

Nesta conformidade e sabendo que este tipo de instalações municipais constitui-se como espaços privilegiados para a realização de atividades que promovam e fomentem a cultura e



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

*economia com especial ênfase local, torna-se importante que as mesmas sejam sustentáveis do ponto de vista económico.*

*Assim, a presente informação tem como objetivo propor a aplicação de preços de utilização das referidas instalações, bem como das empresas / empreendedores da Startup Lourinhã.*

*No que concerne especificamente à Startup Lourinhã, é de salientar que as incubadoras de ideias e empresas têm desenvolvido um papel de extrema importância no que nos remete para o desenvolvimento positivo das empresas e até de regiões.*

*Estas estruturas foram criadas com o objetivo claro de facilitar o empreendedorismo e apoiar as startups, que para o efeito devem constituir-se de uma forma profissional e com capacidade de resposta para os desafios apresentados. Todavia a relação entre incubadora e incubados deverá ter por base uma prestação de serviços em que ambas as partes têm direitos e obrigações e onde se deve gerenciar expectativas e alcançar resultados.*

*A incubadora prestará diversos serviços, no sentido de otimizar as startups, através do apoio dado à identificação do melhor modelo de negócio e apoio ao desenvolvimento do plano de negócios, sendo obrigatório um mínimo de 1 hora mensal de apoio técnico.*

*Os serviços fixos afetos à incubadora serão os seguintes a nível estrutural:*

*Acesso ao espaço 24h por dia, todos os dias da semana.*

*Acesso a rede wifi*

*Receção de correio*

*Serviço de receção*

*Fotocópias*

*Sede fiscal*

*Salas de reunião*

*Espaços de cowork*

*Escritórios*

*Espaços dinâmicos com mobiliário adequado*

*A Startup Lourinhã desenvolve uma agenda de capacitação para o empreendedorismo, com uma metodologia própria vocacionada para resultados, através de:*

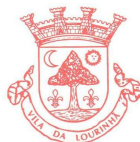
*workshops*

*Conferências*

*Networking*

*Reuniões técnicas de trabalho*

*Team-building*



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

Tendo em conta este cenário, a Startup Lourinhã opta por um modelo pagante por parte dos incubados. Neste registo que se constitui de baixo custo para as startups e ideias empreendedoras, estabelece-se um conjunto de procedimentos capacitadores da competitividade do ecossistema.

Nesta conformidade vimos propor que seja analisado e aprovado o seguinte modelo de preçário:

Incubação Virtual		
Valor (sem IVA)	Horas apoio por mês	Serviços incluídos
35,00 €	1	Consultadoria em gestão, atendimentos, formação e apoio em conteúdos de plano de negócios, identidade gráfica, domiciliação fiscal, sala de reuniões/formações e auditório com requisição prévia uso para atividades não remuneradas
50,00 €	2	
65,00 €	3	
80,00 €	4	
		Serviços não incluídos
20% valor faturação		Aluguer do auditório e das salas de reuniões (para pertencentes à incubadora) para atividades remuneradas
15,00 €		Hora de apoio extra

Incubação Física		
MESA INDIVIDUAL (uma mesa por pessoa)		
1 MESA		
Valor (sem IVA)	Horas apoio por mês	Serviços incluídos
25,00 €	1	Consultadoria em gestão, atendimentos, formação e apoio em conteúdos de plano de negócios, identidade gráfica, domiciliação fiscal, sala de reuniões/formações e auditório com requisição prévia uso para atividades não remuneradas
40,00 €	2	
55,00 €	3	
70,00 €	4	
Por cada mesa extra serão cobrados mais 10 euros por mês		
		Serviços não incluídos
20% valor faturação		Aluguer do auditório e das salas de reuniões (para pertencentes à incubadora) para atividades remuneradas
15,00 €		Hora de apoio extra

MESA PARTILHADA (uma mesa por 2 pessoas)		
1 MESA		Serviços incluídos  Consultadoria em gestão, atendimentos, formação e apoio em conteúdos de plano de negócios, identidade gráfica, domiciliação fiscal, sala de reuniões/formações e auditório com requisição prévia uso para atividades não remuneradas
Valor (sem IVA)	Horas apoio por mês	
30,00 €	1	
45,00 €	2	
60,00 €	3	
75,00 €	4	
Não poderão estar mais de 2 pessoas por cada mesa		
		Serviços não incluídos
20% valor faturação		Aluguer do auditório e das salas de reuniões (para pertencentes à incubadora) para atividades remuneradas
15,00 €		Hora de apoio extra





# CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

Domiciliação Fiscal		
Valor (sem IVA)		
25,00 €		
		Serviços não incluídos
30% valor faturação		Aluguer do auditório e das salas de reuniões (para pertencentes à incubadora) para atividades remuneradas. É sempre dada prioridade aos incubados.

Esta proposta baseia-se em valores sustentáveis para o funcionamento da Startup Lourinhã e constitui-se como um atrativo e fator impulsionador, para o surgimento de ideias de negócios, empreendedorismo e startups no concelho.

A título de exemplo uma incubadora promovida por uma autarquia em Lisboa, pratica os seguintes preços em incubação física:

Ocupação de uma mesa durante:

32 horas mensais + 1 hora de apoio técnico + 50 fotocópias = € 40,00 + iva.

64 horas mensais + 2 horas apoio técnico + 75 fotocópias = € 50,00 + iva.

96 horas mensais + 3 horas apoio técnico + 100 fotocópias = € 60,00 + iva

Uma incubadora privada nas Caldas da Rainha, pratica os seguintes preços mensais em incubação física:

1 posto de trabalho + 2 horas de apoio técnico = €75,00 + iva

1 posto de trabalho + 4 horas de apoio técnico = €135,00 + iva

*Seguidamente apresenta-se proposta de preços para a utilização da sala de reuniões e auditório (edifício Centro Cultural Dr. Afonso Rodrigues Pereira), sala de formação do antigo edifício da Câmara Municipal e, auditório do Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, por parte de entidades externas.*

*O método de cálculo baseou-se na capacidade da sala, atribuindo-se um valor unitário por lugar.*

*Apresentam-se termos comparativos com espaços com a maior similaridade possível, propondo-se também a sua análise e aprovação;*

Horários	Lourinhã CCARP	Preço Unitário	Lourinhã CIBV	Pre Un	T. VEDRAS Centro Pastoral	Preço Unit.	BIOCANT	Pre Unit	ÓBIDOS	Pre Unit	AERLIS	Pre Unit
<b>2ª a 6ª feira</b>	100 lugares		40 lugares		160 lugares		160 lugares		120 lugares		220 lugares	
Diuino Preço Hora Normal	15,00								25,00			
Diuino Preço Hora Extra	20,00	0,20	20,00	0,50								
Diuino Preço Meio Dia	40,00	0,40	30,00	0,75	300,00	1,50	200,00	1,25			500,00	2,27
Diuino Preço Dia Inteiro	80,00	0,80	65,00	1,63	500,00	1,67	300,00	1,88	125,00	1,04	600,00	2,73
<b>Sabado, Domingo, Feriados</b>												
Preço Hora Normal	20,00	0,20										
Preço Hora Extra	25,00	0,25										
Preço Meio Dia	65,00	0,65										
Preço Dia Inteiro	130,00	1,30					400,00	2,50				
<b>Horário Especial</b>		0,00										
24.00 Horas	200,00	2,00										

## SALAS DE REUNIÕES / FORMAÇÃO

Horários	Lourinhã CCARP		Lourinhã A Paço Mun	Pre Un	T. Vedras Cent Past.	Preço Unit.	BIOCANT	Pre Unit	AERLIS	Pr Unit	LOURES	Pr Unit
<b>2ª a 6ª feira</b>	12 lugares		16 lugares		60 lugares		30 a 70 Lug.		30 lugares		Polivalente	
Diuino Preço Hora Normal	7,00	0,58	10,00	0,63							Ent Conc. 18,00	
Diuino Preço Hora Extra	10,00	0,83	15,00	0,94							Ent Ext. 30,00	
Diuino Preço Meio Dia	20,00	1,67	30,00	1,88			75,00	2,50	55,00	1,83		
Diuino Preço Dia Inteiro	45,00	3,75	50,00	3,13	90,00	1,50	100,00	3,33	90,00	3,00		
<b>Sabado, Domingo, Feriados</b>												
Preço Hora Normal	10,00	0,83	15,00	0,94								
Preço Hora Extra	15,00	1,25	20,00	1,25								
Preço Meio Dia	40,00	3,33	50,00	3,13								
Preço Dia Inteiro	80,00	6,67	100,00	6,25			150,00	5,00				
<b>Horário Especial</b>												
24.00 Horas	120,00	10,00										



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

*À consideração Superior*

*O Técnico Superior*

*(Pedro Gonçalves)*

### **Despacho do Vereador João Serra, de 29.03.2019:**

*“Concordo. À Consideração do Sr. Presidente da Câmara, propondo o envio à C.M.”*

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a respetiva proposta de preços de utilização da Startup Lourinhã e equipamentos municipais.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **DE CONCURSOS:**

**PONTO 7 - N.º 3941/2019, DE 29/03 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS A DESENCADear POR CONCURSO PUBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º16.º E DA ALÍNEA B), DO N.º1, DO ART.º 20.º AMBOS DO CCP. a) AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS; b) AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL; c) APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO; d) APROVAÇÃO DOS MEMBROS DO JÚRI E DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º2, DO ART.º 69.º DO CCP; e) APROVAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO; f) APROVAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO:**

*“ Considerando que, na sequência da Inf.n.º.3158/2019 da Divisão de Serviços Operacionais e seus documentos integrantes, é imprescindível encetar as devidas diligências necessárias à abertura de procedimento para aquisição de serviços de limpeza das instalações Municipais.*

*A decisão de contratar é da competência do Órgão Executivo da Câmara Municipal da Lourinhã, nos precisos termos da alínea f) do n.º1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com a alínea b) do n.º1, do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho, e nos termos estabelecidos no art.º 36.º do CCP, republicado pelo Decreto-lei n.º111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação.*

*Nestes termos o referido procedimento, expressa-se abaixo, num resumo com as seguintes evidências:*

**1.** *Abertura de procedimento por Concurso Público sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia ao abrigo da alínea b) do n.º1 do art.º 20.º do CCP para aquisição, por lotes, de serviços de limpeza das instalações municipais.*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

2. O valor estimado base da despesa a efetuar é de **161.460,00€** (cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, nos termos da informação n.º 3158/2019 da DSO;
3. O contrato a ser celebrado vigorará pelo período de 24 meses/730 dias, compreendidos entre 2019 a 2021;
4. A despesa tem cabimento na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 e na classificação económica 020202 encontrando-se definido o encargo nos termos da RI n.º549 com o Cabimento N.º1448 de 19-03-2019;
5. O art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal;
6. A Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos, reforça na sua alínea c), do número 1 do art.º 6º, que a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao procedimento, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Face ao exposto, e considerando que o procedimento adotado com vista à contratação cumpre todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, remete-se a presente informação, juntamente com os demais documentos em anexo, propondo:

**Exmo. Sr. Presidente para,**

a) Encargos plurianuais: No âmbito do procedimento pré-contratual acima identificado, tendo em conta ao valor base estimado 161.460,00€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal m vigor, e face ao prazo de execução de 24 meses, verifica-se que os seus encargos não excedem o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação.

Nestes termos, e no cumprimento do art.º 6.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é necessário que o Sr. Presidente da Câmara Municipal autorize previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cabe dentro dos casos previstos na delegação de competências emitida através da deliberação da Assembleia Municipal, ponto V - Proposta n.º 50, de 24 de novembro 2017, nos seguintes termos:



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

■ Ano de 2019 o valor de 60.492,00€ (sessenta mil quatrocentos e noventa e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

■ Ano de 2020 o valor de 80.640,00€ (oitenta mil seiscentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

■ Ano de 2021 o valor de 20.328,00€ (vinte mil trezentos e vinte oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Ao órgão Executivo da Câmara Municipal da Lourinhã para,**

b) Autorizar a despesa e de abertura do procedimento pré-contratual para aquisição de serviços, por lotes, de limpeza dos edifícios públicos municipais, no valor base estimado de 161.460,00€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, pelo prazo de execução de 24 meses;

c) Aprovação das peças do procedimento, anúncio, o programa de procedimento, o caderno de encargos e a lista de artigos por lotes, em conformidade com a alínea c), do n.º1 e n.º2, ambos do artigo 40.º do CCP, em anexo à presente informação;

d) Aprovação dos membros do Júri para condução do procedimento pré-contratual em causa, em conformidade com o artigo 67.º a 69.º do CCP, nos termos sugeridos da Inf. n.º3158/2019 da DSO, sendo sugerido os seguintes membros:

Membros efetivos:

**Presidente:** Aires dos Santos Escalda, Chefe de Divisão dos Serviços Operacionais;

**Vogal:** Carla Suzana Henriques Nunes, Técnica Superior – Higiene e Segurança no Trabalho;

**Vogal:** Rafael Alexandre Neto da Silva, Técnico Superior – Higiene e Limpeza;

Membros suplentes:

**Vogal:** Paula Alexandra Ribeiro Garcia Pereira, Técnica Superior – Higiene e Segurança no Trabalho;

**Vogal:** Sandra Filipe, técnica Superior – Ambiente

i) A delegação, nos termos do disposto no n.º 2, do art.º 69.º do CCP, da seguinte competências no Júri do Procedimento:

■ Prestar esclarecimentos (art.º 50.º do CCP).

e) Aprovação do Gestor do Contrato, Paula Alexandra Ribeiro Garcia Pereira, Técnica Superior – Higiene e Segurança no Trabalho, com função de acompanhar permanentemente a execução do contrato, nos termos sugeridos na informação da DSO supra mencionada.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

f) Sugere-se como Responsável pela Direção do Procedimento, a Assistente Técnica, Teresa Leal, e nas suas faltas e impedimentos a Técnica Superior, Maria de Lurdes Henriques ambos do Serviço de Concursos;

*À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.*

### **ANEXOS:**

- Peça do procedimento, Anuncio, Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e Lista de Artigos por Lotes
  - Inf 3158/2019 DSO e demais documentos integrantes
- A Assistente Técnica

*Teresa Maria da Silva Leal dos Santos”*

### **Despacho do Presidente da Câmara, de 29.03.2019:**

*“Autorizo a assunção de encargos plurianuais a que se refere a alínea a) da presente informação. À CM. p/ autorização dos restantes pontos.”*

A Câmara deliberou, por maioria, aprovar as alíneas b), c), d), e) e f) da informação supratranscrita.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

**PONTO 8 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA, COM OPÇÃO DE COMPRA PARA AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS PESADAS PARA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU), COM SUPERESTRUTURA DE COMPACTAÇÃO - CPI/2/2019:** Para aprovação. Presente o Relatório do Júri (anexo n.º 26 do registo MGD 1304, de 28.03.2019), datado de **28/03/2019**, que aqui se dá como transcrito, fazendo parte integrante da minuta da presente ata.

### **DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADO DE 29.03.2019:**

*“À CM. p/ aprovação do Relatório elaborado pelo júri (anexo 26º).”*

A Câmara deliberou aprovar o respetivo Relatório do Júri.

### **DA DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS:**

### **PONTO 9 - N.º 3929/2019, DE 29/03 - REGULAMENTOS - RESÍDUOS, ÁGUAS E SANEAMENTO:**

*“ Na sequência da Informação nº 9288/2018, de 8 de setembro de 2018 e despacho de concordância do Sr. Presidente, foram submetidos à reunião da Câmara os projetos conducentes à aprovação do:*

- Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos;
- Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água;
- Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

*O órgão executivo, na sua reunião de 11 de outubro de 2018, apreciou os projetos e deliberou, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 100.º e artigo 101.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submeter os documentos referidos a consulta pública, pelo prazo de 30 dias.*

*Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os projetos foram igualmente submetidos a parecer da ERSAR, entidade reguladora na matéria.*

*Findo o prazo para a consulta só a ERSAR se pronunciou, tendo-o feito através do ofício de 4 de fevereiro de 2019, com a referência O-000896/2019 - proc. 25024.*

*Os serviços apreciaram a análise feita pela ERSAR e entenderam por bem colher as recomendações desta entidade, inserindo todas as propostas de alteração nos respetivos projetos.*

*Face ao exposto entende-se agora que o Município da Lourinhã está em condições de apreciar a proposta final de redação para os Regulamentos aqui referidos, que se anexam e que devem ser submetidos à reunião de Câmara para concordância, se assim o órgão o entender. Merecendo concordância serão estes enviados à Assembleia Municipal para aprovação.*

*À consideração superior;*

*O Chefe da DSO*

*Aires dos Santos Escalda “*

Após apreciação da informação do Chefe da DSO n.º 3929/2019, de 29/03, a Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar o Regulamento Municipal do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos; o Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento Público de Água e o Regulamento Municipal do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, que aqui se dão por transcritos e que fazem parte integrante da minuta da ata; **2.º** - Remetê-los para eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### **OUTROS ASSUNTOS:**

#### **CONTRATOS:**

**PONTO 10 – N.º 3936/2019, DE 29/03 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA COM OPÇÃO DE COMPRA PARA AQUISIÇÃO DE 2 VIATURAS DE RSU:** - Presente a minuta do contrato de locação de bens móveis, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata:



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

A Câmara deliberou: 1.º - Aprovar a respetiva minuta de contrato; 2.º - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato.

**PONTO 11 – CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DESTINADO A OBRAS DE FECHO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BAIXA, ATÉ 750.000,00 € (SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS): -**

PARA APROVAÇÃO: Presente a minuta do contrato de crédito a médio / longo prazo, que aqui se dá por transcrita, fazendo parte integrante da Minuta da Ata:

A Câmara deliberou, por maioria: 1.º - Aprovar a respetiva minuta de contrato; 2.º - Delegar poderes no Sr. Presidente da Câmara para assinar o contrato.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

**-----DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE-----**

**PARECER TÉCNICO:** - Presentes os seguintes pareceres técnicos, que em baixo se transcrevem:

**PONTO 12 - REGISTO N.º 1518/2019 – EMISSÃO DE PARECER DE COMPROPRIEDADE – JOSÉ ALBERTO ALMEIDA MORAIS SARDINHA – PRÉDIO RÚSTICO DENOMINADO “JUNCALINHO” (ARTIGO 15.º - SECÇÃO B), SITO EM LOURINHÃ, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOURINHÃ E ATALAIA:**

*“ Jose Alberto Almeida Moraes Sardinha, na qualidade de advogado, vem no interesse de João Pedro Belchior Fernandes da Costa, cabeça de casal de herança, da qual consta o prédio rústico aludido, solicitar a emissão de parecer favorável ao aumento do número de proprietários, nos termos e para os efeitos do n.º1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto. Para apresentação de certidão no Cartório Notarial para realização de escritura pública de partilha.*

*Relativamente ao assunto em referência, após consulta dos processos e pareceres jurídicos anteriormente emitidos, informa-se que:*

*É pretensão de José Alberto Almeida Moraes Sardinha, na qualidade de advogado, no interesse de João Pedro Belchior Fernandes da Costa, cabeça de casal da herança, da qual consta o prédio rústico aludido, solicitar o aumento do número de proprietários, do prédio em referência, atualmente e de acordo com informação constante no requerimento, copropriedade de dois, passando a copropriedade de cinco, para efeitos de registo de partilha do prédio rústico denominado de "Juncalinho", sito em Lourinhã, freguesia de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã, com o número 1156/1986.08.12, inscrito na matriz sob o artigo 15.º da secção B, da freguesia de Lourinhã, com uma área Total de 10480,00 m2.*

*Mais se informa que:*

*1. Não são indicados os usos a que se destina o prédio aludido.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

2. Não são expressamente indicados quais os atuais nem os futuros comproprietários, nem suas proporções, conforme respetivamente a alínea e) e g), do ponto 1. do art. 21º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

3. Não é apresentada habilitação de herdeiros, da herança a que se refere a solicitação aludida, que alude ao aumento do número de comproprietários para efeitos de registo de partilha.

4. Para o prédio em referência, conforme informação constante do Sistema de Informação Geográfica — obras particulares, não se encontram operações urbanísticas.

5. Nos termos da planta de ordenamento do território e de condicionantes do Plano de Ordenamento do Território da Lourinhã — PDML, ratificado pela resolução de Conselho de Ministros n.º131/1999, publicado em Diário da República, I série, n.º250 de 26 de outubro, com alteração por adaptação, aviso n.º4975/2010, publicado em Diário da República, II série, de 9 de março, e, com a declaração de retificação n.º750/2010, publicada em Diário da República, II série n.º74, de 16 de abril de 2010 e aviso n.º 4980/2012, publicado em Diário da República, II série n.º65, de 30 de março de 2012, a área considerada encontra-se integrada, na sua totalidade, em Espaços Agrícolas — Áreas Agrícolas Especiais, encontrando-se assim sujeita ao respetivo regime jurídico, sendo que todas as ações que se traduzam no uso, ocupação e transformação desses solos terão de observar o determinado nos elementos fundamentais do PDML: Regulamento e Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis.

Em resposta ao solicitado, e de acordo com o previsto no número 2 do artigo 54º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, atendendo ao descrito nos pontos anteriores, nomeadamente nos pontos 2., 3. e 5., remete-se à consideração superior a possibilidade do envio para apreciação da Câmara Municipal, e possível posterior emissão de certidão em que conste que a Câmara Municipal nada tem a opor relativamente à constituição de compropriedade, do prédio rústico denominado, "Juncalinho" sito em Lourinhã, freguesia de Lourinhã e Atalaia, concelho da Lourinhã, descrito na conservatória do registo predial da Lourinhã sob o número 1156/1986.08.12, inscrito na matriz sob o artigo 15º da secção B, freguesia de Lourinhã. Não podendo resultar, da constituição desta compropriedade, parcelamento físico, em violação do regime legal dos loteamentos urbanos, assim como à demais legislação, regulamentos e normas aplicáveis. Nestes termos e em caso de deferimento por parte da Câmara Municipal, poderá emitir-se, s.m.o. a respetiva certidão.

O Técnico Superior





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

*Marina Pires, Arquiteta Paisagista 2019-02-25"*

### **INFORMAÇÃO DO CHEFE DA DOTUA DE 28.03.2019:**

*"Concordo com o parecer técnico.*

*Proponho a emissão de Parecer Favorável, devendo o assunto ser remetido à apreciação e deliberação do Órgão Executivo, conforme disposto no n.º 1 do Art. 54º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, de 23 de agosto, afigurando-se não estar perante uma situação da qual resulte ou venha a resultar parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos nos termos do n.º 2 do Artigo 54º da citada Lei n.º 64/2003, pelo que não se vê inconveniente na aceitação da mesma.*

*O pedido destina-se a instruir processo de escritura de partilha do prédio rústico – artigo 15 da secção B da União de freguesias de Lourinhã Atalaia, passando de 2 para 5 proprietários após realização da mencionada escritura.*

*Nestes termos e em caso de deferimento da Câmara Municipal, poderá emitir-se a respetiva certidão, constando da mesma que do ato proferido não poderá haver violação do regime jurídico da urbanização e edificação, do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e demais regulamentos e normas urbanísticas aplicáveis.*

*O Chefe de Divisão*

*Luís Filipe Gomes, Dr.*

A Câmara deliberou deferir, com base no parecer técnico da DOTUA de 25.02.2019 e na Informação do Chefe da DOTUA de 28.03.2019.

**INFORMAÇÕES:** - Presentes as seguintes Informações, que em baixo se transcrevem:

### **DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA:**

#### **PONTO 13 - REGISTO N.º 3212/2019 – DENOMINAÇÕES TOPONÍMICAS – “1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DE 2019”:**

*“ Definidas as denominações toponímicas na reunião da Comissão Municipal de Toponímia, realizada no passado dia 26 de fevereiro de 2019, carecem as mesmas de aprovação pelo órgão executivo em sede de reunião de Câmara Municipal, nos termos do artigo 7º, do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, publicado no Aviso nº 9475/2012 do Diário da República, II Série, nº 133, de 11 de julho de 2012.*

*Para os efeitos supra enunciados, remete-se em anexo a localização das denominações toponímicas propostas e suas respetivas deliberações.*

*Lourinhã, 11 de março de 2019*

*O Técnico”*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

**ANEXO:** Localização das denominações toponímicas propostas e suas respetivas deliberações

A Câmara deliberou aprovar as respetivas denominações toponímicas propostas pela Comissão Municipal de Toponímia.

### **DO CHEFE DA DOTUA:**

### **PONTO 14 - REGISTO N.º 3985/2019 – TRANSFERÊNCIAS NO DOMÍNIO DAS PRAIAS MARÍTIMAS - DL N.º 97/2018, DE 27 DE NOVEMBRO:**

*“ Tendo em conta que o Município da Lourinhã aceitou, para o ano de 2019, a transferência de competências, previstas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, para os seus órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, ao abrigo do artigo 19.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e considerando que:*

*1 – Para efeitos do exercício destas novas competências dos órgãos municipais, entende-se por praias as identificadas como águas balneares no âmbito da Diretiva 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro de 2006, e da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual;*

*2 – Para efeitos da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, os órgãos municipais sucedem, nos termos previstos no articulado deste diploma, nos direitos e nas obrigações dos titulares dominiais, independentemente de quaisquer formalidades adicionais;*

*3 – No que se refere às praias mencionadas no considerando n.º 2, de acordo com o artigo 3.º do citado diploma legal, compete igualmente aos órgãos municipais:*

*a) Concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares, bem como as infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*

*b) Concessionar, licenciar e autorizar o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas;*

*c) Criar, liquidar e cobrar as taxas e tarifas devidas pelo exercício destas competências, as quais são consideradas receitas próprias do município;*

*d) Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas devidas.*

*4 – Os atos administrativos previstos nas alíneas a) e b) do considerando anterior, incluem as atividades a exercer nas margens e nas águas das praias fluviais e lacustres e, no caso das*





## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

*praias marítimas, nas margens e águas até ao limite das águas costeiras nos termos definidos na alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, ficando os mesmos sujeitos ao definido na legislação e instrumentos de planeamento e de ordenamento dos recursos hídricos em vigor;*

*5 – Nos termos do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, todas as competências previstas neste decreto-lei são exercidas pela câmara municipal.*

*6 – Os órgãos municipais exercem as suas competências no respeito pelas regras aplicáveis em matéria de condições de segurança, proteção, socorro e assistência.*

*7 – Compete à Autoridade Marítima Nacional, no âmbito nas praias marítimas e nas praias fluviais e lacustres que se insiram no âmbito da sua jurisdição:*

*a) Assegurar a vigilância e o policiamento dos espaços balneares, promovendo os mecanismos de regulação legalmente previstos para que a sua utilização se faça em condições de segurança e com salvaguarda da ordem pública;*

*b) Estabelecer, nos termos legalmente previstos, os requisitos e dispositivos no âmbito da assistência a banhistas em praias concessionadas;*

*c) Emitir parecer quanto à definição de condições de segurança referentes a eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa a desenvolver no espaço balnear e demais espaços referidos no artigo 1.º, quando esteja em causa a segurança das pessoas, bens e equipamentos;*

*d) Assegurar, através de dispositivo da Polícia Marítima, a fiscalização dos eventos referidos na alínea anterior, garantindo que os mesmos se realizam em segurança.*

*8 – Pelos atos e serviços referidos na alínea b) a d) do considerando anterior são cobradas taxas nos termos legalmente definidos.*

*9 – O produto da cobrança das taxas e tarifas, a criar e prever em regulamento municipal, devidas pela ocupação dominial das praias previstas no presente decreto-lei constitui receita das seguintes entidades:*

*a) 5 % do Fundo Ambiental;*

*b) 5 % do Fundo Azul;*

*c) 90 % do município da Lourinhã.*

*10 – Ao produto das taxas e tarifas devidas pela ocupação dominial das praias marítimas a repartir entre as entidades previstas no número anterior é deduzido o montante devido à Autoridade Marítima Nacional nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro.*



## **CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ**

**ATA 11/2019**  
**Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019**

11 – O regulamento municipal relativo a estas matérias, incluindo o regime económico respetivo é, nos termos do disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro, elaborado pela Câmara Municipal e, de acordo com ao disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de dezembro e n.º1 do artigo 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, aprovado pela Assembleia Municipal.

12 – Nos termos dos artigos 100.º do Código do procedimento Administrativo (CPA), o projeto de regulamento municipal a elaborar pela Câmara Municipal, deve ser submetido por prazo razoável, mas não inferior a 30 dias úteis, a audiência dos interessados que como tal se venham a constituir no procedimento ou, atendendo ao seu âmbito, submetido a consulta pública nos termos do artigo 101.º do CPA.

13 – Entre a presente data e a data prevista da abertura da época balnear, medeiam menos de três meses, tempo manifestamente insuficiente para adequar os procedimentos em tempo útil à regulamentação municipal a publicar, face à previsível apresentação de pedidos para o exercício das atividades durante o período da época balnear.

Em face do exposto, submete-se à apreciação da Câmara Municipal, no âmbito das suas novas competências, transferidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, e de acordo com o Princípio da adequação procedimental (artigo 56.º do CPA), a seguinte proposta de regulação dos procedimentos administrativos a adotar aos eventuais pedidos de licença que venham a ser apresentados por interessados para exercerem atividades nas praias balneares do Município da Lourinhã, independentemente da existência de ocupações implícitas do domínio público, e até à entrada em vigor do regulamento municipal que vier a ser publicado:

Em conformidade com a legislação aplicável à atividade e seu âmbito, objeto do pedido, e com Código do Procedimento Administrativo:

a) Os documentos e as peças escritas e desenhadas que se mostrem necessários às apreciações, formais e materiais, do pedido;

b) De acordo com o disposto no artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, relativo às condições de segurança, proteção, socorro e assistência, os documentos, as peças escritas e desenhadas, que se mostrem necessários à emissão, pela Autoridade Marítima Nacional, do parecer quanto à definição de condições de segurança referentes a eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa a desenvolver no espaço balnear e demais espaços referidos no artigo 1.º deste diploma, quando esteja em causa a segurança das pessoas, bens e equipamentos, devendo-se para o efeito criar, em articulação com o Capitão do Porto de



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

*Peniche, os meios que se tenham por mais adequados e expeditos para uma comunicação eficaz com esta entidade;*

*c) Sem prejuízo do pagamento das taxas a que houver lugar pelos atos e serviços referidos na alínea b) a d) do número 2 do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, a pagar pelos interessados à Capitania do Porto de Peniche, e uma vez que ainda não foram criadas as taxas municipais próprias a estes procedimentos, deverão aplicar-se, de acordo com os factos tributários, as taxas previstas na Tabela de Taxas Municipais em vigor, e para os factos que não tenham correspondência na Tabela de Taxas Municipais, as previstas no seu ponto 1. Serviços Diversos e Comuns;*

*d) A menção nos alvarás de licença emitidos, de que caso as mesmas se encontrem válidas à data da entrada em vigor do regulamento municipal que vier a regular a matéria e a estabelecer o seu regime económico, de que será devido, nos termos que nele vierem a ser definidos, o pagamento do valor das taxas relativas ao prazo remanescente da sua validade, incluindo as que forem devidas pela ocupação dominial.*

*À Consideração Superior*

**O Chefe de Divisão**

*Luís Filipe Martins Gomes, Dr.”*

A Câmara deliberou aprovar, devendo a DOTUA agir em conformidade.

### **PONTO 15 - REGISTO N.º 3951/2019 – RECONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO**

*“Em reunião de Câmara realizada no dia 16 de Janeiro do corrente ano, foi deliberado autorizar a constituição de um fundo de maneo no valor de 500,00 € (quinhentos euros) a favor do Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.*

*No mês de março do corrente ano foram efetuadas as despesas constantes do mapa anexo.*

*O Chefe de Divisão*

*Luís Filipe Martins Gomes”*

Data	Recibo	Entidade	Descrição	Débito	Saldo
					500,00
13-03-2019	1346	Conservatória do Registo Predial	Fotocópia não certificada	6,00 €	494,00 €
					0,00 €
					0,00 €
				6,00 €	494,00 €



## CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

ATA 11/2019  
Reunião Ordinária de 03 de abril de 2019

Descrição	Saldo	Débito	Saldo Final
Aquisição de serviços	250,00	6,00	244,00
Aquisição de bens	200,00	0,00	200,00
Portagens e estacionamento	50,00	0,00	50,00
			494,00

A Câmara deliberou, por maioria, autorizar a reconstituição em causa.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

### COORDENAÇÃO FINANCEIRA

#### **PONTO 16 – N.º 4096/2019 de 02/04:**

##### **a) 4ª REVISÃO ÀS GOP DE 2019:**

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a presente revisão; **2.º** - Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12.09, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

##### **b) 4ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2019:**

A Câmara deliberou, por maioria: **1.º** - Aprovar a presente revisão; **2.º** - Nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013 de 12.09, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.

Os Srs. Vereadores **António Augusto Antunes** e **Hernâni Santos** abstiveram-se.

----- Os documentos fazem parte integrante da minuta da presente Ata. -----

----- Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade, exceto aquelas em que de outro modo se refere. -----

----- A Câmara deliberou aprovar em minuta todas as deliberações tomadas nesta reunião. ----

----- E, nada mais havendo a tratar, quando eram 16,50 horas, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dada como encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por ele e por mim \_\_\_\_\_, O Assistente Técnico -----

\_\_\_\_\_, O Presidente da Câmara. -----